

**As reflexões de Gramsci sobre o fascismo e o estudo da direita contemporânea:  
notas de pesquisa**

Demian Bezerra de Melo

**Resumo:** O presente texto se divide em duas partes. Na primeira, busca reconstruir a teoria gramsciana sobre o fascismo, consolidando algumas sínteses realizadas pelos estudiosos da obra do marxista sardo. Na segunda parte, tendo como ponto de referências os conceitos de *crise orgânica* e *revolução passiva*, visa realizar uma reflexão sobre a reconstituição da direita contemporânea e sua capacidade de responder à atual crise orgânica. Não se trata de afirmar o caráter fascista da direita contemporânea, o que em si entraria em contradição com a elaboração gramsciana sobre a especificidade histórica do fascismo como resposta à crise orgânica do início do século XX; mas de traçar um paralelo para entender como, no plano ideológico e político, se configura a chamada *nova direita* diante da presente crise orgânica.

**Palavras-chave:** fascismo, neoliberalismo, hegemonia

**Gramsci's reflections on fascism and the study of the contemporary right: research  
notes**

**Abstract:** This text is divided into two parts. In the first, it seeks to reconstruct Gramsci's theory on fascism, consolidating some syntheses carried out by scholars of the work of the Sardinian Marxist. In the second part, with reference to the concepts of organic crisis and passive revolution, it aims to reflect on the reconstitution of the contemporary right and its capacity to respond to the current organic crisis. It is not a matter of asserting the fascist character of the contemporary right, which in itself would contradict the Gramscian elaboration on the historical specificity of fascism as a response to the organic crisis of the early twentieth century; but to draw a parallel to understand how, on the ideological and political level, the so-called new right is configured in the face of the present organic crisis.

**Keywords:** fascism, neoliberalism, hegemony

## Parte 1. Gramsci e o fascismo<sup>1</sup>

Certamente, é verdade que Gramsci disse muitas coisas mordazes sobre a democracia parlamentar e sobre o “Ocidente”; também é verdade que seu interesse pela linguística histórica, pelo teatro, pelo folclore e pela literatura popular, e por figuras culturalmente hegemônicas, como Maquiavel, Dante e Croce, foi de fato extenso. Mas o ponto crítico da obra reside, creio, em outra parte – e reside exatamente naquela coisa que é sempre reconhecida como a condição de sua prisão mas é sempre deslocada como a cavilha de roda de suas reflexões –, a saber, no *fascismo*. (AHMAD, 2002: 261)

O crítico cultural indiano Aijaz Ahmad tem razão ao assinalar o caráter central do fascismo nas reflexões do marxista italiano Antonio Gramsci. Particularmente em sua obra carcerária é difícil encontrar conceitos que não estejam de certo modo relacionados à sua fragmentária teoria do fascismo. De acordo com o verbete de Carlo Spagnolo ao *Dicionário Gramsciano* (SPAGNOLO, 2017: 283-287), o tema aparece diretamente em 21 notas dos *Cadernos do Cárcere*, o que seria pouco no universo da obra. Contudo, esse mesmo autor assinala que o programa de pesquisa delineado por Gramsci em seu primeiro Caderno "pode ser visto como uma investigação sobre as matrizes do fascismo" (Idem: 283).

Prisioneiro do regime fascista desde 1926 até o fim da vida, em 1937, Gramsci foi certamente um arguto observador da dinâmica política de sua terra natal e desde a origem identificou no movimento liderado por Benito Mussolini um fenômeno mais abrangente de reação à vaga revolucionária aberta com a Revolução Russa de 1917. O *Biennio Rosso*, movimento de ocupação de fábricas ocorrido no norte da península italiana, (particularmente na região do triângulo industrializado Turim, Milão e Gênova entre 1919-1920), trouxe o temor às classes dominantes do contágio vermelho. A isso se somou um vigoroso movimento de luta pela terra, cuja reação não demorou a se fazer sentir, figurando como primeira ação contrarrevolucionária do fascismo: o *esquadrismo*, tropas de assalto contratadas pelos grandes proprietários rurais com vistas à desarticulação deste movimento. O uso da violência ilegal seria um recurso típico do movimento que em 30 de outubro de 1922 emplacaria, pelas vias legais, Mussolini como premier (GENTILE, 1988; SASSOON, 2009).

---

<sup>1</sup> Essa seção retoma parte de um estudo anterior (Cf. MELO, 2016b).

Como dirigente comunista e intelectual arguto, Gramsci já havia dedicado boa parte de seus escritos pré-carcerários ao exame do fascismo (cf. GRAMSCI, 1978a), tendo-lhe destacado o caráter inédito e de massas do fenômeno contrarrevolucionário italiano que emergiu da crise do Estado liberal italiano após a Guerra Mundial e a em resposta ao desafio ao capitalismo representado pela Revolução de 1917. Entre 1922 e 1924 o marxista sardo viveu fora da Itália (primeiro na Rússia revolucionária, e algum tempo depois em Viena), e quando voltou à seu país em maio de 1924, o governo de Mussolini vivenciava uma crise decisiva. Parecia que iria cair.

O assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti por um bando fascista em abril daquele ano, logo após o parlamentar ter feito um discurso na tribuna denunciado a violência com a qual as tropas de assalto fascista haviam intimidado o processo eleitoral ocorrido no início do mês, evidenciava a natureza do novo regime que os fascistas estavam implantando. Enquanto em forma de protesto a oposição burguesa decidiu se retirar do parlamento, Gramsci, à frente dos comunistas, propôs aos outros partidos antifascistas uma ofensiva unitária para a derrubada do gabinete Mussolini. Abandonar o parlamento era, na opinião sensata dos comunistas, abrir o flanco para que o Partido Nacional Fascista se assenhoreasse do poder, o que acabou ocorrendo.

No fim, Mussolini se mostrou capaz de contornar a crise, pavimentando o caminho para a implantação da ditadura fascista: em 3 de janeiro de 1925 assumiu a responsabilidade pelo agravamento da violência política (SASSOON, 2009, 151). Ao contrário das expectativas do ano anterior, as classes dominantes italianas se submeteram à organização nacional fascista, na instauração de um regime cuja base de massas era dada pelos extratos médios, conforme escreveria Gramsci nas teses ao III Congresso do Partido Comunista Italiano, realizado na francesa Lyon, em janeiro de 1926. Até o fim daquele ano o Partido Nacional Fascista instaurou uma ditadura aberta, contexto em que o então deputado Gramsci seria preso.

## **1.1 Em busca da teoria gramsciana do fascismo**

No contexto do segundo pós-guerra, o paradigma predominante na interpretação do fascismo italiano era a noção liberal de Benedetto Croce de “intervalo”: a ditadura de Mussolini seria supostamente produto de uma decadência moral momentânea no interior

de uma suposta trajetória irresistível da Itália em direção à liberdade. Tal leitura se adequava muito bem ao consenso pós-fascista sob a qual havia sido erigido o sistema pluripartidário da Primeira República italiana, cuja identidade essencial de boa parte do espectro político era dada pelo compromisso antifascista (Cf. PORTELLI, 1998; MUSIEDLAK, 2010; TARCHI, 2013).

Não obstante a natureza reconhecidamente problemática da primeira edição dos *Cadernos do Cárcere* (Cf. BIANCHI, 2008:35-46), a divulgação da obra de Gramsci naquele contexto, deveria contribuir para o enriquecimento da compreensão do fascismo. Todavia, a recorrência com a qual a direção do Partido Comunista Italiano lançava mão da autoridade moral de Gramsci para justificar a linha política dos comunistas fez consagrar nele a imagem de um teórico da democracia, ou da via democrática ao socialismo, ou, no dizer de Palmiro Togliatti, da “via italiana ao socialismo”. Sua contribuição ao entendimento do fascismo, embora lateralizada, emergiu com o desenvolvimentos dos estudos sobre sua obra.<sup>2</sup>

Ainda nos anos 1960, Robert Paris publicou *Histoire du fascisme en Italie* (1962), um trabalho que buscava sistematizar uma interpretação do fascismo a partir das elaborações gramscianas (cf. HOARE, 1963). Todavia, o principal destaque à retomada da teoria gramsciana do fascismo deve ser dado a Franco De Felice, que numa nota de leitura ao *Quaderno 22* (“Americanismo e fordismo”), publicada no jornal comunista *Rinascita* em 1972, assinalou a importância neste manuscrito do conceito de *revolução passiva*. Em sua intervenção ao Encontro Internacional do Instituto Gramsci, em Florença, dezembro de 1977,<sup>3</sup> Franco De Felice reafirmaria mais profundamente esse ponto (DE FELICE, 1978). Este autor relacionava o conceito de revolução passiva ao debate sobre o corporativismo fascista, que Gramsci discute no *Quaderno 22* como uma forma de introdução do fordismo na Itália. Para o marxista sardo o fascismo deveria ser entendido como uma forma de resolver a crise de hegemonia aberta na península desde o fim da Grande Guerra Mundial, e isso não só pela capacidade do fascismo de desarticular

---

<sup>2</sup> Significativamente, a própria contribuição de Togliatti ao entendimento do fascismo, resultado de um curso de verão lecionado pelo dirigente comunista italiano em Moscou, em 1935, só seria publicado em 1970, seis anos após a morte do dirigente comunista italiano (Cf. TOGLIATTI, 1970).

<sup>3</sup> Cabe lembrar que entre uma intervenção e outra foi disponibilizada a edição crítica dos *Quaderni*, editada por Valentino Gerratana em 1975, o que permitiu aos pesquisadores do léxico gramsciano o estudo da lavra do marxista sardo sem os problemas da edição temática feita por Togliatti.

e de certo modo anular a esquerda, como também de atualizar o aparelho econômico.

Num artigo de 1980, o historiador estadunidense Walter Adamson registrou a evolução da reflexão de Gramsci sobre o fascismo, desde os tempos dos conselhos de fábrica em Turim até seus fragmentários *Cadernos do cárcere*, destacando nesta obra a importância de conceitos como os de *crise de hegemonia/crise orgânica*, *cesarismo*, *guerra de movimento/guerra de posição* e *revolução passiva* (ADAMSON, 1980). Mais recentemente, Donatella Di Benedetto (2001), Fabio Frosini (2011) e Carlo Spagnolo no verbete do *Dicionário Gramsciano* (2017) retomaram as considerações de Franco De Felice mencionadas há pouco, enquanto Guido Liguori publicou no Brasil um artigo sintético sobre a teoria gramsciana do fascismo (LIGUORI, 2017). Apoiando-nos nesses materiais, seguem nossas considerações.

## **1.2 Fascismo como revolução passiva**

Sobre a interpretação gramsciana do fascismo, um ponto importante é o entendimento da sua raiz estrutural localizada na forma da *revolução burguesa* na Itália, particularmente no período do chamado *Risorgimento*, quando, através de uma série de manobras diplomáticas e com o apoio do regime bonapartista de Luís Bonaparte, Cavour liderou o processo de unificação italiana sob a casa monárquica do Piemonte.

Tal forma de transformação “pelo alto” Gramsci procurou entender recorrendo a expressão *revolução passiva*, que apareceu originalmente no livro *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*, de Vincenzo Cuoco (1801). No entendimento do desenho das reformas empreendidas na estrutura política pela chamada revolução napolitana de 1799, Cuoco diz ter ocorrido uma revolução passiva através do resultado combinado de dois fatores: o impacto da Revolução Francesa a partir da expansão napoleônica e a ausência de uma iniciativa popular de tipo jacobina. Incorporava-se em Nápoles o legado iluminista cujo centro de irradiação era a França sem que fosse necessário passar pelo “calvário” da revolução propriamente dita.

A este conceito de revolução passiva Gramsci incorporou o sentido dado pelo historiador francês Edgar Quinet para o período da Restauração borbônica (1815-1830), como de uma “revolução-restauração”. Para Gramsci, no período da Restauração a forma

de sociabilidade burguesa continuou a se expandir na França. Disto resulta um conceito de *revolução passiva* que pode descrever tanto momentos históricos específicos, como a revolução napolitana de 1799, quanto épocas históricas inteiras, como o *Risorgimento* italiano, período entre a Revolução de 1848 até a formação do moderno Estado italiano em 1861.<sup>4</sup> Partindo dessa reflexão histórica, Gramsci estende o conceito de revolução passiva na compreensão de dois fenômenos do século XX, o fascismo e o americanismo/fordismo, entendendo-os cada um como uma forma específica da burguesia em dar uma saída capitalista para a crise do capitalismo.<sup>5</sup>

Diretamente ligado ao conceito de revolução passiva, a noção de transformismo é de fundamental importância para o entendimento do fascismo. De acordo com o historiador Donald Sassoon (2009:73), o termo transformismo foi usado pela primeira vez em 1882 para designar a aliança selada entre a direita e a esquerda italiana – *la destra storica* (Partido Moderado) e *la sinistra storica* (Partido da Ação) – como forma de estabilização do regime liberal. Dessa noção presente, deste modo, no vocabulário político italiano, Gramsci elabora um conceito com alto valor heurístico no que diz respeito ao entendimento mais denso daquilo que numa linguagem vulgar costuma-se referir como "cooptação". No *Caderno 8*, na nota 36, Gramsci apresenta o transformismo como uma forma histórica da revolução passiva no processo de formação do Estado italiano, fazendo uma distinção entre duas modalidades de transformismo referidas a dois momentos históricos:

"1) de 1860 até 1900, transformismo 'molecular', isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à 'classe política' conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido 'domínio' ditatorial por uma 'hegemonia'); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros,

---

<sup>4</sup> "(...) a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem 'Terror, como 'revolução sem revolução', ou seja, como 'revolução passiva', para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco". (GRAMSCI, CC, 5: 63).

<sup>5</sup> Embora o ponto de referência da crise do capitalismo seja a depressão econômica iniciada com o *crash* de 1929, Gramsci considera que todo o período histórico inaugurado com a Grande Guerra Mundial pode ser enquadrado como parte de uma mesma crise: "os eventos do outono de 1929 na América são exatamente uma das manifestações clamorosas do desenvolvimento da crise, e nada mais. Todo o pós-guerra é crise, com tentativas de remediá-la que às vezes têm sucesso neste ou naquele país, e nada mais. Para alguns (e talvez não sem razão), a própria guerra é uma manifestação da crise, ou melhor, a primeira manifestação; a guerra foi precisamente a resposta política e organizativa dos responsáveis." (GRAMSCI, CC, 4: 217).

que passam ao campo moderado (o primeiro episódio é a formação do Partido Nacionalista, com os grupos ex-sindicalistas e anarquistas, que culmina na guerra líbia, num primeiro momento, e no intervencionismo, num segundo)." (GRAMSCI, CC5: 286)

O próprio Mussolini é um exemplo de transformismo molecular, já que inicia sua trajetória política como um publicista socialista no jornal *Avante!*, e justamente expressando sua adesão ao campo do adversário de classe, assume posição similar a dos ex-sindicalistas que aderem ao *intervencionismo*. Rompido com o Partido Socialista, de quem agora se tornara inimigo mortal, funda o jornal *Il Popolo d'Italia*, "financiado por Esterle (da firma Édison), por Bruzzone (da firma Unione Zuccheri), por Agnelli (da Fiat) e por Pio Perrone (da Ansaldo), entre outros" (KONDER, 1977: 30).

Sobre a raiz imediata da crise que corresponde à emergência do fascismo em sua terra natal, Gramsci a localiza na Grande Guerra Mundial, que produziu uma série de fenômenos que desembocaram na crise orgânica do pós-guerra, com a ruptura entre as classes e suas representações tradicionais.

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam essas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representada pelos homens providenciais e carismáticos. (GRAMSCI, CC, 3: 60)

Quem senão Mussolini como “homem providencial” e carismático poderia estar sendo aludido nesta passagem? A nota, contudo, toca em pontos mais profundos do entendimento da natureza do fascismo. Em primeiro lugar, as forças mobilizadas que tiveram a experiência catastrófica da guerra, que oferecem a base social das tropas de choque formadas por ex-combatentes, que atacam as organizações operárias, socialistas, de trabalhadores rurais: o chamado *esquadrismo*. Em resposta à insurgência operária manifestada no *Biennio Rosso* (1919-1920), que acabaria contornada pelo acordo espúrio celebrado entre o governo Giolitti, a direção reformista do Partido Socialista e os patrões, no mundo agrário, para combater a agitação camponesa, parte das classes proprietárias opta pelo esquadrismo, que foi uma das correntes que constituíram o Partido Nacional

Fascista (PNF).<sup>6</sup>

Em segundo, no plano ideológico, uma série de tendências contraditórias que confluíram no fascismo, cabendo mencionar, aliás, o revisionismo do marxismo feito por Sorel, que foi bastante influente no sindicalismo revolucionário<sup>7</sup> e também expresso na ruptura do jovem líder socialista Benito Mussolini com o PS por conta de sua defesa da entrada da Itália na Guerra Mundial. As outras referências são as tendências expressas no nacionalismo representada por Alfredo Rocco e no corporativismo de Ugo Spirito, cujo amálgama irá confluír na ideologia fascista da concertação social de todas as classes pelo bem da nação. Por fim, a importante vanguarda artística liderada por Filippo Tommaso Marinetti, cujo culto simultâneo da tecnologia e da violência conformou características importantes do fenômeno.

A crise do regime liberal parlamentar acaba tendo uma solução provisória com a nomeação de Mussolini pelo rei em 1922, mesmo o PNF não possuindo maioria no Parlamento. Somente nas eleições de abril de 1924 o PNF se tornaria o maior partido italiano, em um pleito marcado por um clima de intimidação e ações violentas perpetradas pelos bandos fascistas contra os socialistas, operada com a conivência da burguesia, das Forças Armadas e da Monarquia, como vimos acima.

A ascensão do fascismo é assim resultante de uma crise de hegemonia do regime liberal parlamentar que culminou numa ditadura *cesarista*. Para este último termo, Gramsci lança mão das obras de Marx sobre a história da França, particularmente *18 Brumário de Luís Bonaparte*, onde o autor trata de uma situação histórica onde uma revolução derrotada (1848) conduz a uma crise que acaba por se resolver pela imposição do poder de uma personalidade. Contudo, enquanto episódios semelhantes no passado conduziram ao poder autocratas que consolidaram conquistas das revoluções burguesas, como Oliver Cromwell durante a Revolução Inglesa do século XVII e Napoleão Bonaparte consolidando e expandindo militarmente os efeitos da Revolução Francesa do

---

<sup>6</sup> As contradições do mundo agrário italiano se aceleraram com a intervenção no conflito mundial. (SASSOON, 2009:98-101)

<sup>7</sup> Bastante influenciado pelas teses revisionistas do francês George Sorel (1847-1922), o sindicalismo revolucionário surgiu como uma dissidência do Partido Socialista Italiano na primeira década do século XX. Alguns membros deste grupo, como Angelo Oliviero Olivetti (1874-1931) e Edmondo Rossoni (1884-1965) aproximaram-se das posições do nacionalismo intervencionista, de corte imperialista, que emergiu no contexto da guerra contra Turquia, em 1911, e posteriormente iriam se integrar no Partido Nacional Fascista. (Cf. STERNHELL; SZNAJDER; ASHÉRI, 1995).



final do XVIII, Luis Bonaparte representou justamente a derrota da revolução de 1848. A emergência de um novo sujeito social e político, o proletariado revolucionário de Paris, conduziu à alteração da atitude das classes dominantes. A burguesia francesa, dividida anteriormente entre as casas dinásticas e a sua fração republicana, prefere abrir mão do poder político para preservar sua dominação econômica, tornando-se naquela situação o Estado francês extremamente autônomo em relação às classes sociais (incluindo a dominante), constituindo o fenômeno do *bonapartismo*.

Atento a esta leitura, Gramsci busca entender a particularidade do cesarismo do século XX que, no entanto, por ser moderno, deve ser capaz de estabelecer elementos de direção intelectual e moral sobre a sociedade.

(...) o cesarismo no mundo moderno ainda encontra uma certa margem, maior ou menor, conforme os países e seu peso relativo na estrutura mundial, já que uma forma social tem “sempre” possibilidades marginais de desenvolvimento e de sistematização organizativa subsequente e, em especial, pode contar com a fraqueza relativa da força progressista antagonista, em função da natureza e do modo de vida peculiar dessa força, fraqueza que é preciso manter: foi por isso que se afirmou que o cesarismo moderno, mais do que militar, é policial. (GRAMSCI, CC, 3: 79)

Isto relaciona-se diretamente com as modificações instituídas pelas experiências fascistas, cujo raio de ação é muito mais abrangente que nas pretéritas formas de regime autocrático. Ainda segundo ele,

O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna “totalitária”. (GRAMSCI, CC, 5: 139)

Todavia é na mencionada caracterização do fascismo como capaz de realizar uma *revolução passiva* onde Gramsci explicita sua relação com a questão da hegemonia. Em comentário crítico à historiografia de Benedetto Croce, particularmente sobre o livro *Storia d'Italia dal 1871 al 1915*, Gramsci observa os contornos sutis do projeto político croceano, que no que se refere à história italiana, realiza uma leitura positiva do papel da *Destra storica* [direita histórica] no processo político da península no século XIX, da unificação nacional ao governo de Giovanni Giolitti, que esteve à frente de sucessivos

gabinetes na década anterior a entrada da Itália na Grande Guerra. Indaga Gramsci se não seria o fascismo o agente capaz de tornar possível uma prática política semelhante à da *Destra storica* no século XX, realizando uma *revolução passiva*.

[...] ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais. (GRAMSCI, CC, 1: 299)

Assim, Gramsci relaciona a revolução passiva promovida pelo regime de Mussolini ao seu elemento de transformação do livre-cambismo para uma “economia de comando”, garantida pelo intervencionismo estatal e pela estrutura corporativista erigida pelo fascismo. Na sequência, o marxista sardo discute como tal política concorre para que o regime fascista estabeleça uma situação hegemônica, soldando os laços entre a base social do fascismo, a pequena burguesia urbana e rural, e o grande capital. Continuando a citação anterior, lê-se:

Que tal esquema possa traduzir-se em prática, e em que medida e em que formas, isto tem um valor relativo: o que importa, política e ideologicamente, é que ele pode ter, e tem realmente, a virtude de servir para criar um período de expectativa e de esperanças, notadamente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa dos pequenos burgueses urbanos e rurais, e, conseqüentemente, para *manter o sistema hegemônico* e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais. (GRAMSCI, CC, 1: 299-300, grifo nosso)

Em suma, deixando de lado sua eficiência em restaurar as condições da acumulação capitalista (que depois Gramsci acabaria admitindo: Cf. VACA, 2012: 226-231), o fascismo teria inscrito essa capacidade de resolver o problema da hegemonia.

Ao mesmo tempo, continuando a citação da mesma nota carcerária, o fascismo simbolizaria uma forma de enfretamento da “ameaça bolchevique”, como uma *guerra de posição*.

Esta ideologia serviria como elemento de uma “guerra de posição” no campo econômico (a livre concorrência e a livre troca corresponderiam à guerra de movimento) internacional, assim como a “revolução passiva” é este elemento no

campo político. Na Europa de 1789 a 1870, houve uma guerra de movimento (política) na Revolução Francesa e uma longa guerra de posição de 1815 a 1870; na época atual, a guerra de movimento ocorreu politicamente de março de 1917 a março de 1921, sendo seguida por uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico (para a Europa), é o fascismo. (GRAMSCI, CC, 1: 300)

De acordo com Alvaro Bianchi (2017: 30-32), existiriam pelo menos três modalidades de *revolução passiva* na reflexão de Gramsci. Na primeira, o exemplo é o mencionado processo francês pós-Napoleão, onde a Restauração (1815-1830) é precedida por uma autêntica Revolução (1789-1799), e deste modo a própria restauração acaba por ser limitada, pois não reconstitui a velha ordem, mas uma forma de organização política onde o velho e o novo se conciliam. Uma segunda forma seria a da constituição do Estado nacional italiano, no mencionado processo do *Risorgimento*, onde não há uma revolução autêntica prévia, e sim uma revolução derrotada – o movimento mazziniano de 1848 –, onde o protagonismo da unificação é tomado pelo reino do Piemonte, que imprime uma marca pelo alto à revolução passiva italiana. Por fim, a via americana seria a terceira modalidade de revolução passiva, onde o eixo do processo se encontra na atualização do capitalismo no que se refere ao seu aparato econômico, incluindo aí as medidas abrangentes de planejamento e intervencionismo econômico do Estado.

Nessa leitura, o fascismo seria uma variante desse último modelo, já que o cerne do raciocínio gramsciano está no fato de que, como vimos, é através da “intervenção legislativa do Estado e da organização corporativa” que se teria uma revolução passiva, destacando-se aí o elemento de atualização do capitalismo viabilizado pela concertação social e o desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, observa-se no fascismo também a via de transformações pelo alto resultante de uma reação a uma revolução vitoriosa na Rússia, mas fracassada no plano doméstico, àquela esboçada na situação revolucionária durante o *Biennio Rosso*.

Entre o *Risorgimento* até o regime fascista teríamos um longo processo de construção do Estado nacional italiano, pois se no primeiro ocorre o processo de unificação política da península, seria necessário ponderar que somente sob o regime fascista se consolida o processo de nacionalização do Estado italiano, entre outras razões pela assinatura da Concordata com a Igreja católica em 1929. O fascismo seria também

consolidador da natureza imperialista do capitalismo italiano, e isso não só em razão das lembradas agressões imperialistas à Líbia, a Etiópia e Albânia na década de 1930, mas na promoção do capital monopolista na Itália no processo de transição à uma sociedade de massas (POULANTZAS, 1972). Dada essa especificidade é possível afirmar que o fascismo é uma quarta modalidade de revolução passiva.<sup>8</sup>

## Parte 2. A direita contemporânea

Há agora uma dúvida sobre a validade da leitura gramsciana do fascismo como capaz de ser mobilizada para o entendimento da direita contemporânea, ou, no jargão mais usual, da *nova direita*. Afinal, diferentemente da situação política no início do século XX, não há hoje (infelizmente) uma revolução socialista inscrita no horizonte de expectativas, e portanto pode-se indagar sobre a necessidade de uma *revolução passiva* para detê-la. Contudo, pode-se observar um significativo movimento de atualização do capitalismo nas últimas quatro décadas, marcadas por um processo que envolve o predomínio da lógica do capital fictício (ou financeirização da economia), um processo de reestruturação produtiva e a formação de uma novo modo de regulação do conflito social calcado na ideologia neoliberal (CARCANHOLO; BARUCO, 2011). Daí que autores como Carlos Nelson Coutinho (2012) tenha se referido a uma *época neoliberal*, onde, ao contrário de uma revolução passiva, a quadra histórica que estamos atravessando seria marcada pela *contrarreforma*.

Há, de acordo com Coutinho, diferença substancial entre as noções de revolução passiva e contrarreforma na lavra gramsciana, e é possível supor que:

"a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contra-reforma reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem 'restaurações', mas que 'acolhem uma certa parte das exigências que vinham de baixo', como diz Gramsci, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho." (COUTINHO, 2012: 121)

A época neoliberal seria melhor apreendida pelo conceito de contrarreforma pois o signo que a preside é o da retirada de direitos, retirada essa que é feita através da própria ressignificação do termo *reforma*, historicamente ligado à expansão dos direitos, e não

---

<sup>8</sup> Em outra leitura possível, Daniela Mussi (2017) entendeu o fascismo como um elo subalterno do americanismo.

em sua supressão. Voltaremos nesse ponto a seguir.

## 2.1 *Nova direita?*

Em primeiro lugar, cabe apresentar uma definição útil da *nova direita*. No verbete de Robert Grant no *Dicionário do pensamento social no século XX* (GRANT, 1996:526-528), o autor afirma que o termo *nova direita* foi generalizado pela crítica de esquerda na década de 1980, contudo ela possui características mais amplas do que aquela presente na retórica esquerdista. Haveria maior diversidade no interior da *nova direita* que, grosso modo, seria uma espécie de síntese entre o pensamento dos rivais históricos do socialismo, o conservadorismo e o liberalismo, no qual existiriam quatro escolas principais: o neoliberalismo (ou liberal-conservadorismo), o neoconservadorismo, o libertarianismo (ou anarcocapitalismo) e o anticomunismo francês e europeu oriental.

A mais influente seria o neoliberalismo, cujas referências intelectuais mais importantes seriam Friedrich Hayek, Karl Popper e Milton Friedman. Uma importante literatura crítica tem sido produzida nas últimas décadas à respeito do neoliberalismo, que nos conduz à conclusão de que esta seria resultado da confluência de variadas tendências do pensamento econômico – a Escola Austríaca, a Escola de Chicago, o Ordoliberalismo alemão e a Teoria da Escolha Pública como as principais – que desde o Colóquio Walter Lippmann, realizado em Paris em 1938, e a posterior fundação da Sociedade de Mont Pelerin em 1947 e, como desdobramento e principalmente, de uma miríade de think tanks constituem sua pré-história. Voltaremos a esta primeira vertente da *nova direita* logo à frente.

No que se refere ao neoconservadorismo, os autores mais influentes seriam Roger Scruton no Reino Unido, e, antes dele, William Buckley Jr e Russel Kirk nos Estados Unidos. Como o termo *liberal* no ambiente cultura norte-americano é associado à posições reformistas com sabor social-democrata, é bastante usual que autores tidos pelos latino-americanos como neoliberais sejam também associados ao neoconservadorismo nos Estados Unidos.

É, provavelmente, esse deslocamento semântico que explica a existência de um grupo que especificamente deva ser referido como *libertariano* (ou “*libertário*”), associado às proposições de Ayn Rand, Murray Rothbard, David Friedman, Robert Nozick

e Walter Block, autores que devem ser, na verdade, lidos como uma variante da família neoliberal. Além disso, boa parte deles têm como referência uma das tradições do pensamento econômico que confluem no neoliberalismo, a escola austríaca, fundada por Carl Menger no último quartel do século XIX, e da qual fizeram parte Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek (FEIJÓ, 2000). Seria importante também lembrar dos chamados *fusionistas*, uma corrente que seria animada por Rothbard e Buckley Jr. como resultado de uma fusão entre libertarianos e conservadores, tendência cujo último contorno é o chamado paleolibertarianismo, uma variante mais excêntrica ligada aos nomes de Rothbard, Walter Block e Hans-Hermann Hope.

Por fim, o anticomunismo francês apontado no verbete de Robert Grant incluem os chamados *nouveaux philosophes* (“novos filósofos”) Bernard-Henri Lévy e André Glucksmann, ex-maoistas que aderiram ao liberalismo na década de 1970, ganhando por isso um amplo espaço na mídia. Esse grupo se liga também ao anticomunismo da Europa oriental expresso na obra do russo Alexander Soljenitsyn, cujo romance *O arquipélago Gulag* se tornaria uma espécie de libelo do discurso antisoviético. Além de outros dissidentes do Leste Europeu, como o cineasta polaco Andrzej Wadja, seria interessante inserir nessa tendência a produção historiográfica de um autor como François Furet, cuja obra esteve em boa parte dedicada à desconstrução das grandes revoluções da modernidade, em especial da Revolução Francesa, mas também das revoluções socialistas do século XX. O seu último livro *O passado de uma ilusão*, publicado em 1995, pode ser lido como uma grande síntese dos argumentos dessa corrente anticomunista, enquanto o *Livro negro do comunismo*, obra coletiva dedicada à memória de Furet, marcou a redução das experiências socialistas no século XX à um crime pior que o Holocausto dos judeus; “o maior crime do século XX”.

A especificidade dessa corrente francesa está marcada por um ambiente cultural onde a presença até a década de 1980 de um importante Partido Comunista (herdeiro da Resistência à ocupação nazista e com grande prestígio junto à intelectualidade) já havia movido uma importante guerra de posição ideológica no segundo pós-guerra com a publicação de *O ópio dos intelectuais* (1955), do grande sociólogo Raymond Aron. O revisionismo da Revolução Francesa iniciado na década de 1960 por Alfred Cobban na Inglaterra, mas principalmente por Furet na França na mesma década (Cf. HOBBSAWM,

1996; WOLFREYS, 2007; LOSURDO, 2017), são parte da constituição dessa importante corrente anticomunista da *nova direita*. E, não obstante a vitória eleitoral de uma coalizão política da qual faziam parte socialistas e comunistas, Paris da década de 1980 seria com razão caracterizada por Perry Anderson como "capital da reação intelectual europeia" (ANDERSON, 2004:167), tal a concentração da produção intelectual de direita, em especial aquela oriunda de autores com um passado de esquerda.

É possível verificar que no verbete de Grant esse prioriza o contexto originário em que emergiu a noção de *nova direita*, nos Estados Unidos e na Europa. Mas talvez seja necessário ampliar tal noção, incorporando outras dinâmicas político-ideológicas das últimas décadas que, em certo sentido, se ligam à própria exportação, do centro para a periferia, do ideário da *nova direita*. Entendida como uma espécie de reação à emergência de um ciclo de governos progressistas na América Latina no início do novo século, alguns cientistas sociais vêm falando da emergência de uma *nova direita* na região (KALTWASSER, 2014; GIORDANO, 2014; ROCHA, 2015; HOEVELER, 2016).

## **2.2 O que é o neoliberalismo?**

É perceptível que dentre todas as tradições que compõe a chamada *nova direita* o neoliberalismo é a vertente mais importante e a qual todas as outras acabam por se influenciarem. Sobre ela interessa localizá-la na história do pensamento político ocidental, diferenciando-a, inicialmente, do liberalismo clássico. A verdade é que a própria tradição liberal clássica é muito complexa, mas grosso modo, já no XIX, pôde-se observar uma bifurcação entre duas grandes vertentes no que se refere a questão democrática (JONES, 2012; MERQUIOR, 2014; DARDOT, & LAVAL, 2016).

A primeira, calcada no utilitarismo de Jeremy Bentham (1748-1832) e que culmina em John Stuart Mill (1806-1873), há um compromisso entre compatibilizar as noções de livre mercado com a reforma social e a democracia, daí Stuart Mill ser considerado um dos primeiros democratas liberais. A segunda vertente, de onde origina-se em certo sentido o neoliberalismo, temos aquela cuja maior expressão foi Herbert Spencer (1820-1903), e que se opõe à reforma política e social, seja a extensão do sufrágio universal, sejam as leis fabris que limitaram os termos da exploração da força de trabalho.

Por exemplo, em 1884, no mesmo ano em que ocorre a reforma eleitoral inglesa que incorporou o conjunto dos cidadãos do sexo masculino no universo dos direitos políticos, Spencer publica *The Man versus the State* [O indivíduo contra o Estado]. Se por um lado é possível encontrar uma noção generosa presente no liberalismo de Adam Smith (1723-1790) – segundo a qual a busca egoísta de cada indivíduo pela satisfação de suas necessidades privadas produziria o aumento do bem-estar geral –,<sup>9</sup> em Spencer essa é substituída pela noção de “sobrevivência dos mais aptos”, onde, portanto, se pressupõe a derrota social e mesmo a eliminação dos indivíduos “não adaptados”.

“Em minha opinião, pode-se considerar que um ditado cuja verdade é aceita igualmente pela crença comum e pela crença da ciência goza de autoridade incontestável. Pois bem! O mandamento: ‘Se uma pessoa não deseja trabalhar, não deve comer’ é simplesmente o enunciado cristão dessa lei da natureza sob império da qual a vida atingiu seu grau atual, a lei segundo a qual uma criatura que não é suficientemente enérgica para se bastar deve perecer.” (SPENCER *apud* DARDOT & LAVAL, 2016: 48)

De acordo com Karl Polanyi, a lista de “restrições à liberdade” arroladas por Spencer neste livro DE 1884 é simplesmente patética, pois inclui medidas destinadas a impedir o emprego de crianças em atividades não só insalubres como fatais, a criação do corpo de bombeiros e até o controle público sobre alimentos, medicamentos e vacinas obrigatórias (POLANYI, 2000: 178). Para Spencer, tais regulações seriam um “atentado à liberdade”, num raciocínio de sabor malthusiano que seria retomado por autores neoliberais como von Mises e Hayek no século XX. Senão, vejamos.

No famoso panfleto escrito por Hayek em 1944, *O caminho da servidão*, o economista austríaco busca persuadir o público britânico de que a raiz do sistema nazista – que os ingleses aquela altura se empenham em derrotar no conflito mundial – seria a mesma que informava a proposta do Partido Trabalhista britânico de implantação de um sistema de *Welfare State*. Como se a raiz de todos os problemas enfrentados desde a Primeira Guerra Mundial se originassem daquilo que os neoliberais chamam de “coletivismo”, um enorme guarda-chuva onde cabem todas as tendências socialistas – dos comunistas e socialdemocratas, aos socialistas fabianos ingleses – mas também todas as tendências que se esboçaram mesmo no interior daquela primeira vertente da tradição liberal que aludimos acima e que no século XX foi expressa por John Maynard Keynes.

---

<sup>9</sup> É o que está sugerido na famosa metáfora da “mão invisível”.



E afinal, qual seria o “caminho abandonado” assinalado pelo panfleto hayekiano de 1944 senão a reiteração da mesma lamentação de Spencer contra a democracia e reforma social (FOUCAULT, 2008:158; DARDOT & LAVAL, 2016:45-55)? Há, no entanto, uma evolução à direita na obra de Hayek, desse panfleto até sua obra tardia da década de 1970. Pois se em 1944 Hayek ainda visa combater o socialismo identificando-o a toda forma de planejamento econômico e desta como matriz de experiências totalitárias (num argumento que parece reivindicar a democracia como garantia da liberdade), em fins dos anos 1970 (quando suas ideias começaram a serem levadas à sério e inspiraram as experiências pioneiras do neoliberalismo) deixou clara sua “desilusão” com a democracia. Isso irá aparecer de forma cristalina no último volume de sua trilogia *Direito, Legislação e Liberdade*, onde se lê:

“(…) o termo democracia deixou de designar uma concepção definida, que alguém possa abraçar sem maiores explicações. Em alguns dos sentidos em que é hoje frequentemente empregado, tornou-se mesmo uma grave ameaça aos ideais que outrora pretendeu expressar. Embora eu acredite firmemente que o governo deve agir segundo princípios aprovados pela maioria do povo, sendo isso indispensável à preservação da paz e da liberdade, devo admitir com franqueza que, se a democracia é entendida como governo conduzido pela vontade irrestrita da maioria, então não sou um democrata e considero inclusive tal governo pernicioso e, a longo prazo, inexecutável.” (HAYEK, 1985 [1979]: 43)

E no contexto da ditadura do general Pinochet, Hayek deu uma entrevista ao jornal *El Mercurio* em 1981 onde afirmou: "Entenda, é possível para um ditador governar de forma liberal. E também é possível para uma democracia governar sem liberalismo nenhum. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo." (apud DARDOT & LAVAL, 2016: 184). Em suma, para o velho Hayek a democracia militava contra a liberdade de mercado, um raciocínio que é uma espécie de coroamento de sua obra (Cf. MERQUIOR, 2014: 227).

Daí que, como é sempre lembrado pela literatura crítica (p.ex. DUMÉNIL & LÉVY, 2004; HARVEY, 2008), as experiências pioneiras de implantação do neoliberalismo foram as sanguinárias ditaduras militares chilena e argentina da década de 1970, onde os próprios operadores diretos das “reformas” foram formados no Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Assim, embora toda a retórica dos neoliberais tenha sido baseada na idéia de que a “liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política” (FRIEDMAN, 1988:

17), a crítica pode lhe apontar a contradição. Entretanto é preciso lembrar como, na verdade, a questão é mais profunda, pois o pensamento neoliberal possui uma relação instrumental com a democracia.

### **2.3 O neoliberalismo em três tempos**

Em sua tese de PhD em História na Universidade da Pensilvânia, *Masters of the Universe* (JONES, 2012), Daniel Stedman Jones refaz a trajetória do neoliberalismo a partir de uma periodização bastante interessante sobre o desenvolvimento de sua teoria. Localiza o momento de gestação do neoliberalismo entre a década de 1920 e 1950, sendo o debate sobre o “cálculo socialista” protagonizado por Mises na década de 1920 e posteriormente retomado por Hayek como um momento originário que culmina na realização do Colóquio Walter Lippmann, em 1938 na capital francesa. Nesse encontro, representantes da escola austríaca, do Ordoliberalismo alemão e de variados defensores da necessidade de renovação do pensamento liberal levantaram a necessidade de um *neoliberalismo*.

A deflagração da Segunda Guerra Mundial interrompeu temporariamente o intercâmbio intelectual, mas após o fim do conflito, a partir da constituição da Sociedade de Mont Pelerin em 1947 inicia-se uma segunda fase, que ganharia força entre a década de 1950 até os anos 1980. Enquanto na primeira fase a moderação no discurso era o tom, nessa segunda fase há uma defesa mais estridente do livre mercado e da desigualdade social como motor do progresso social e econômico. Nessa segunda fase há o deslocamento do eixo do pensamento neoliberal para os Estados Unidos, e a formação de importantes *think tanks* destinados a realização de uma tenaz campanha de "evangelização", estratégia de uma longa marcha pelas instituições da sociedade civil inspirada naquela perpetrada pela Fabian Society na Inglaterra. Conformou-se ali uma rede transatlântica neoliberal, que teria importância decisiva na fase seguinte.

A terceira fase compreende a chegada ao poder de Thatcher e Reagan, com a implementação das respectivas agendas de liberalização dos mercados e disciplina fiscal. Esse momento compreende também a estratégica reconversão das instituições criadas em Bretton Woods, particularmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial ao ideário neoliberal com a radical modificação de seu corpo técnico. Como

consequência foram também criadas novas instituições que constituiriam a arquitetura do neoliberalismo, como a Organização Mundial do Comércio, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e a União Européia. As recomendações do chamado Consenso de Washington de 1989, aliada ao colapso do mundo socialista com a queda do Muro de Berlim naquele mesmo ano, e a dissolução da URSS em 1991, consolidaram a ofensiva global do capitalismo neoliberal.

A tese de Jones concentra-se na segunda fase, da constituição de uma rede transnacional de entidades neoliberais no momento anterior à conquista da hegemonia, onde o ativismo de intelectuais como Hayek e "empreendedores ideológicos" (JONES, 2012: 22) como Anthony Fisher foi muito importante. Há uma importante dinâmica que envolve câmaras de comércio, entidades empresarias, universidades e think tanks, na formação daquilo que Jones denominou de rede transatlântica neoliberal. A trajetória de alguns personagens ajuda a entender esse processo.

Por exemplo, Ludwig Von Mises, atuante na Câmara de Comércio da Áustria e como conselheiro de governos, como o do clerical-fascista de Dollfuss até 1934,<sup>10</sup> após o assassinato deste transferiu-se da Universidade de Viena para o Institut Universitaire des Hautes Études Internationales em Genebra, até que em 1940 emigrou para os Estados Unidos, onde viveu até o fim da vida (1973). Ali tornou-se consultor da emblemática associação patronal National Association of Manufactures (NAM), docente na Universidade de Nova York e conferencista de honra do think tank Foundation for Economic Education (FEE), criada já em 1946 por Leonard Read, empresário amigo de Mises. Esteve presente tanto no Colóquio Walter Lippmann em Paris em 1938, e quando da fundação da Sociedade de Mont Pelerin em 1947.

Seu principal discípulo, Friedrich Von Hayek teve primeiro uma importante

---

<sup>10</sup> Em seu livro de 1927 *Liberalismo segundo a tradição clássica*, Ludwig von Mises reconheceu o mérito do fascismo em salvar a "civilização européia", e nesse sentido "O mérito que, por isso, o fascismo obteve para si estará inscrito na história." (MISES, 2010 [1927]: 77). De acordo com Perry Anderson, "Mises aprovou quando Dollfuss esmagou o trabalhoismo austríaco na década [de 1930], lançando a culpa pela repressão de 1934, que instalou seu regime clerical, na loucura dos socialdemocratas que contestaram a aliança com a Itália [fascista]." (ANDERSON, 2012: 32). Contudo, como apontou André Guimarães Augusto, no epílogo que escreve em 1947 para seu livro *Socialismo*, Mises passa a considerar o fascismo "uma 'variante' de um vago e mal definido "socialismo". Na guerra fria, era preciso igualar o fascismo, o nazismo e o stalinismo por meio da teoria do totalitarismo. Àquela altura, o fascismo já não era mais defensável e nem necessário para a manutenção da propriedade privada dos meios de produção." (AUGUSTO, 2014: 421).

passagem no Departamento de Economia da London School of Economics entre 1931 e 1950. Sob sua inspiração e seguindo o modelo da FEE, seria criado na Inglaterra o think tank Institute of Economic Affairs (IEA) em 1955, que teve um papel importante na formação de uma geração de políticos neoliberais como a futura primeira-ministra Margaret Thatcher. O IEA ajudou o americano Milton Friedman a preparar a série para TV *Free to Choose* ("Liberdade para escolher"), que teve um papel fundamental na divulgação das idéias neoliberais no mundo de língua inglesa.

Até os anos 1970 os think tanks neoliberais apresentavam-se como entidades educacionais sem vínculos partidários, com vistas ao abatimento no imposto de renda das contribuições que as mantinham. A partir dessa época emerge uma nova geração de think tanks diretamente vinculados à partidos conservadores, cujo objetivo era a formulação de políticas públicas e mesmo o programa de governos. São exemplos o Adam Smith Institute (ASI) em 1976 e o Center for Policy Studies (CPS), que atuaram diretamente na disputa interna do Partido Conservador britânico, e o Heritage Foundation e o Cato Institute, criados respectivamente em 1973 e 1978, atuantes no interior do Partido Republicano americano e também no Partido Libertário, no assessoramento de parlamentares. Essa nova geração de think tanks cumpriram um papel central durante os governos Thatcher e Reagan,<sup>11</sup> numa articulação em rede donde projetos de cunho similar foram elaborados dos dois lados do Atlântico, como o *Mandate for Leadership*, elaborado pelo Heritage para o governo Reagan e o *Projeto Ômega*, elaborado pelo Adam Smith Institute para Thatcher (GROS, 2003:107).

No início da década de 1980 foi criado nos Estados Unidos o Atlas Economic Research Foundation, por iniciativa de Antony Fisher – anteriormente ligado ao britânico IEA – funcionando como uma espécie de *meta-think tank*, onde, além da formação doutrinária, é possível aprender os meandros da montagem de um think tank, especialmente no que se refere à observação das legislações nacionais e as possibilidades de isenção tributária. Deste modo, o Atlas desenvolveu uma enorme rede internacional dessas entidades, que articulam uma ampla iniciativa de formação de quadros, de agitação e propaganda das idéias neoliberais até hoje, inclusive no Brasil (ROCHA, 2015;

---

<sup>11</sup> No dizer de George Nash, a Heritage seria o eixo central da "revolução de Reagan" (NASH, 2006: 563).

HOEVELER, 2016:87-88; CASIMIRO, 2017).

Antony Fisher é, aliás, um personagem bastante interessante que vale resgatar sua atuação como verdadeiro "empreendedor ideológico". Foi dele a iniciativa de criação da IEA em 1955, e, depois do sucesso da Heritage, em 1975 foi convidado para a co-direção de um *think tank* criado no ano anterior nos moldes do Heritage no Canadá, o Fraser Institute. Em 1977 ajudou a criar o Manhattan Institute for Policy Research, e em 1979 fundou o Pacific Institute for Public Policy em São Francisco, California, e o Center for Independent Studies na Austrália (ROCHA, 2015: 267-268). A criação da rede Atlas no início da década de 1980 seria o coroamento de uma estratégia de expansão global da iniciativa neoliberal. De acordo com Camila Rocha:

“Atualmente, é possível dizer que praticamente todos os *think tanks* de direita mais importantes ao redor do globo fazem parte da rede constituída pela Atlas. A articuladora norte-americana conta hoje com mais de 400 afiliados distribuídos em mais de 80 países, 15 no Canadá, 156 nos Estados Unidos, 144 na Europa e na Ásia Central, 11 no Oriente Médio e norte da África, 19 na África, 16 no sul da Ásia, 27 no Extremo Oriente e Pacífico, 8 na Austrália e Nova Zelândia e 72 na América Latina.” (ROCHA, 2015: 269)

## 2.4 O neoliberalismo realmente existente

De acordo com uma série de autores (DUMÉNIL & LÉVY, 2004; HARVEY, 2008; CARCANHOLO & BARUCO, 2011), o neoliberalismo na prática – que corresponde à terceira fase na periodização de Jones – desenvolveu-se como uma resposta à última crise estrutural do capitalismo, cuja manifestação estendeu-se dos primeiros sinais no fim da década de 1960 e aprofundou-se na de 1970. Mas essa resposta não estava dada pela "lógica das coisas", como aparece em narrativas tanto laudatórias quanto críticas.

Por exemplo, no prefácio à segunda edição de 1982 de *Capitalismo e Liberdade*, Milton Friedman observou como a opinião pública havia sido alterada desde a primeira edição, de 1962. Àquela altura, as idéias defendidas por Friedman sensibilizavam "uma pequena mas aguerrida minoria" (FRIEDMAN, 1988: 5), mas vinte anos depois chegaram ao poder, com Reagan. Assim, de acordo com ele, foi possível que o mesmo programa defendido pela campanha do republicano Barry Goldwater à Casa Branca em

1964, derrotado naquela ocasião, chegassem ao poder com Reagan (Idem: 7).<sup>12</sup> Como explica isso? Vejamos:

"Somente uma crise – atual ou previsível – provoca uma real mudança. Quando ocorre tal crise, as decisões tomadas dependem das idéias existentes no momento. Este, creio eu, é nossa função fundamental: desenvolver alternativas para os programas existentes, conservá-las vivas e disponíveis, até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável." (Idem: 7)

Ora, seria necessário que os críticos do neoliberalismo observassem com maior ceticismo essa narrativa vencedora.<sup>13</sup> É verdade que toda a rede internacional de think tanks, organizada por iniciativa de empresários intelectuais (MORAES, 2015) cumpriu um papel importante em apresentar uma alternativa mais ou menos coerente de saída para a crise que se estabeleceu. E que, contra a onda de protestos sociais que varria os Estados Unidos desde a década de 1960, emergiu um forte clamor em favor da adoção de políticas públicas que favorecessem a "liberdade econômica", como no famoso e emblemático Memorando Powell, de 1971 (Cf. HOEVELER, 2017). Mas isso não foi feito sem conflito, sem disputa e dúvida.

Tradições políticas e culturais nacionais tiveram influência importante. Nos Estados Unidos, além do sempre lembrado conservadorismo de fundo religioso que na década de 1970 confluiu na Direita Cristã, uma importante tradição conservadora ligada a nomes como Russel Kirk, William Buckley Jr. e seu periódico *National Review* tiveram papel importante na reorganização da direita estadunidense (SOUZA, 2013; BIANCHI, 2015). Todavia, a adesão do próprio Buckley Jr aos princípios econômicos neoliberais, que o levaram a se tornar um dos mais importantes difusores do mencionado *fusionismo* denota como, embora seja correto assinalar a especificidade do neoconservadorismo na composição da *nova direita* americana, isso não deve obscurecer a hegemonia que as idéias econômicas neoliberais exerceram em seu interior. Do mesmo modo que apontar a especificidade da Direita Cristã não pode nos fazer negligenciar a enorme afinidade eletiva entre sua teologia da prosperidade e a doutrina neoliberal.

De qualquer modo, o papel da direita religiosa na ascensão do movimento

---

<sup>12</sup> Friedman foi assessor econômico da campanha de Goldwater de 1964, campanha que, embora tenha sido derrotada, tem sido tomada como emblemática da reorganização do conservadorismo político estadunidense (Cf. SOUZA, 2013; BIANCHI, 2015).

<sup>13</sup> Em certo sentido, Naomi Klein acaba por naturalizar essa interpretação de Friedman em seu afamado livro *Doutrina de Choque* (2008).

conservador americano teve uma significação estratégica. De acordo com James Davidson Hunter sua resultante teria sido a tendência crescente a que temas culturais e morais ocupassem o centro do debate político, constituindo aquilo que este autor denominou de *guerras culturais* (HUNTER, 1991). Não obstante a polêmica quanto à existência ou não de tais guerras culturais (Cf. LUIZ, 2016), o que é certo é que, até mesmo como *reação* aos ganhos conquistados pelos movimentos dos direitos civis da população afroamericana e pela liberação sexual (do feminismo ao movimento gay), todos processos identificados com o *establishment liberal*, o movimento conservador que levou ao poder a plataforma neoliberal com o governo Reagan soube bem articular os temas morais na mobilização de uma importante base social.

## **2.5 Neoliberalismo na berlinda?**

Na conjuntura aberta pela crise capitalista em 2008, que parecia anunciar uma série de dificuldades para os apoletas do sistema, a recente virada do espectro político mundial para a direita surpreendeu alguns analistas. Mesmo antes da quebra do Lehman Brothers, Joseph Stiglitz foi um dos que, já percebendo o estouro da bolha do mercado imobiliário americano no primeiro semestre de 2008, anunciou o esgotamento do “fundamentalismo de mercado” (STIGLITZ, 2008). A bilionária operação de resgate de grandes empresas e instituições financeiras que se seguiu naquele ano parecia confirmar o vaticínio do Nobel da Economia.

Em 2011 o *Government Accountability Office* (um instituto do congresso dos EUA) descobriu que desde 2008 o Tesouro norte-americano havia transferido US\$ 16 trilhões de dólares em empréstimos às grandes empresas e instituições financeiras em dificuldade. Em suma, a ideia era mais uma vez ativar a ação anti-cíclica do Estado para a retomada do crescimento econômico, o que afinal contrariava o mantra neoliberal. Em 2011 os economistas marxistas franceses Gérard Duménil e Dominique Lévy publicariam uma obra de fôlego na qual a crise era entendida como marco de uma espécie de transição para outro modo de regulação social além do neoliberalismo (DUMÉNIL; LEVY, 2014[2011], 12). Qual seria ele? É inútil procurar tal resposta no livro.

Contudo, já na ocasião do *Crash* de 2008 críticos de peso pronunciaram-se em sentido contrário a essa percepção, atentando para o fato daquela crise (ou melhor, desta crise, em curso) estava reiterando as características da época neoliberal, posição seguida por outros autores (HARVEY, 2009; DARDOT; LAVAL, 2013; SAAD FILHO, 2015). Observando a radicalização da política da austeridade na Zona do Euro, com a continuidade da desmontagem das políticas de bem-estar social, privatizações, cortes nos gastos sociais, e vendo agora uma virada mundial à direita que só reforça essa mesma agenda, o prognóstico do fim do “fundamentalismo de mercado” nos parece insustentável. A questão que nos parece central no processo é que o aparente desvio de rota simbolizado pelo salvacionismo estatal da economia tão somente preparou a fase seguinte da mesma crise, pois seu resultado foi o aumento exponencial das já gigantescas dívidas públicas, o que ampliou a crise fiscal dos Estados, e daí a imposição da agenda da austeridade na Zona do Euro ser o motor de uma nova fase de neoliberalização.

Na América Latina, aquilo que foi festejado como tendência progressista na composição política dos governos no Cone Sul no início dos anos 2000 também levou respeitáveis intelectuais a vaticinarem o fim do ciclo neoliberal iniciado na região há quarenta anos. Também em 2008, Álvaro Garcia Linera, vice-presidente boliviano chegou a afirmar que o longo ciclo neoliberal iniciado em seu país em 1985 havia perdido a hegemonia no início dos anos 2000 no Estado, nas ruas e na batalha de ideias (LINERA, 2008). Em sentido inverso, e capturando a mudança de sentido na segunda década do novo milênio, no Brasil já desde 2012 uma série de autores tem assinalado a existência de uma “onda conservadora” (DEMIER & HOEVELER, 2016, MELO, 2016a), principalmente após o resultado das eleições gerais de 2014, e da volta às ruas das direitas em 2015. Os golpes de Estado que depuseram os governos de Manuel Zelaya em Honduras em 2009 e de Fernando Lugo no Paraguai em 2012 (SERRANO, 2016), a eleição de Maurício Macri na Argentina em novembro de 2015, a derrubada do governo Dilma em 2016 e o agravamento da crise política venezuelana parecem ser um sinais evidentes de um fim do ciclo progressista no continente (MODONESI, 2016).

A partir da compreensão do processo de acumulação capitalista e suas leis tendenciais, cabe compreender a funcionalidade das crises no atual regime de acumulação neoliberal. Como assinala Alfredo Saad Filho, ao contrário de ser o sinal de seu



esgotamento,

“as crises desempenham um papel construtivo – e até mesmo *constitutivo* – no neoliberalismo. Elas justificam a transição neoliberal, reforçam a disciplina de política econômica sobre os governos, e obrigam os capitalistas, os trabalhadores e o próprio setor financeiro a se comportarem de maneira condizente com a reprodução intensificada do neoliberalismo” (SAAD FILHO, 2015: 68)

Isso por que

“as políticas neoliberais não se autocorrigem. Em vez de levar a uma mudança de rumo, a impossibilidade de implementação ou a incapacidade de alcançar os objetivos declarados normalmente leva ao aprofundamento e alargamento das 'reformas', com a desculpa de garantir a implementação e a promessa de sucesso iminente desta vez.” (Idem: 69)

## **Bibliografia**

ADAMSON, Walter. Gramsci's interpretation of Fascism. *Journal of the History of Ideas*, vol. 41, n.4, pp.615-633, out-dez, 1980.

AHMAD, Aijaz. Fascismo e cultural nacional: lendo Gramsci nos tempos da *Hindutva*. In. *Linhagens do presente*. São Paulo: Boitempo, 2002, p.249-287.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental/ Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. A direita intransigente: Michael Oakeshott, Leo Strauss, Carl Schmitt, Friedrich von Hayek. In. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das idéias*. São Paulo: Boitempo, 2012, p.21-47.

AUGUSTO, André Guimarães. O que está em jogo no "Mais Mises, Menos Marx". In. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.3, p.418- 425, 2014.

BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.

\_\_\_\_\_. Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. *Outubro*, n.28, abril de 2017.

\_\_\_\_\_. Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos. In. CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p.247-259.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas de enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v.21, n.1, 2011.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)*. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Época Neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? *Novos Rumos*, Marília (SP), v.49, n.1, pp.117-126, Jan.-Jun. 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE FELICE, Franco. Una chiave di lettura in “Americanismo e fordismo”. *Rinascita*, n.42, 1972.

\_\_\_\_\_. Revolução passiva, fascismo e americanismo em Gramsci. In. INSTITUTO GRAMSCI. *Política e História em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.189-257.

DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. (org.). *A onda conservadora*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DI BENEDETTO, Donatella. Americanismo e corporativismo em Gramsci. *Novos Rumos*, São Paulo, ano 16, n.35, p.11-19, 2001.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Capital Resurgent*. Roots of the Neoliberal Revolution. Harvard University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014 [2011].

FEIJÓ, Ricardo. *Economia e Filosofia na Escola Austríaca – Menger, Mises, Hayek*. São Paulo: Nobel, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FROSINI, Fabio. Fascismo, Parlamentarismo e luta per il comunismo in Gramsci. *Critica Marxista*, Roma, n.5, pp.29-35, 2011.

FURET, François. *Le passé d’une Ilusion: Essai sur l’Idée Communiste au XXe Siècle*. Paris: Laffont-Calmann-Lévy, 1995. [Edição brasileira: *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia de comunismo*. São Paulo: Siciliano, 1995].

GENTILE, Emilio. Itália fascista: do partido armado ao Estado totalitário. In. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. São Paulo: Ícone, 1988.

GIORDANO, Verónica. Qué hay de nuevo en las “nuevas derechas”? *Nueva Sociedad*, n.254, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 1975.

\_\_\_\_\_. *Socialismo e Fascismo*. Turim: Einaudi, 1978a.

\_\_\_\_\_. *La Costruzione del Partito Comunista*. Turim: Einaudi, 1978b.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999/2002, 6v.

GRANT, Robert. Nova Direita (Verbete). In. BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William (org.). *Dicionário do pensamento social no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.527-528.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. Entrevista: “A crise do capitalismo e a construção de alternativas.” *Revista do Instituto Humanitas (UNISINOS)*, 30/03/2009. Disponível em <http://bit.ly/2tkLiq4> (acesso 4 de setembro de 2015)

HAYEK, Friedrich A. *Direito, Legislação e Liberdade*. Vol.III. A ordem política de um povo livre. São Paulo: Visão, 1985 [1979].

HOARE, Quintin. What is Fascism? *New Left Review*, 1 (20), pp. 99-111, verão de 1963.

HOEVELER, Rejane Carolina. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da "nova direita" brasileira. In. DEMIER, Felipe A.; HOEVELER, Rejane (org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os*

atuais tempos sombrios. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p.77-91.

\_\_\_\_\_. Introdução ao *Memorando Powell*. In. Revista *Marx e o Marxismo*, v.4, n.7, p.343-360, fev.2017.

HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HUNTER, James Davidson. *Cultural wars: the struggle to define America*. Nova York: Basic, 1991.

JONES, Daniel Stedman. *Masters of the Universe: Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

KALTWASSER, Cristóbal Rovira. La derecha en América Latina y su lucha contra la adversidad. *Nueva Sociedad*, n.254, 2014.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque*. Ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

LIGUORI, Guido. Gramsci, o fascismo, a hegemonia. In. *Margem Esquerda*, São Paulo, n.28, p.101-111, 1º semestre 2017.

LINERA, Álvaro García. Empate catastrófico y punto de bifurcación. In. *Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*, ano 1, n.1, pp.23-33, jul.2008.

LOSURDO, Domenico. *Guerra e Revolução*. O mundo um século após Outubro de 1917. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUIZ, José Victor Regadas. *Think tanks conservadores e a reconstrução da hegemonia estadunidense*. In. ARANCIBIA, Patricio Altamirano et al. *Pesquisando a Hegemonia Estadunidense na América Latina*. Florianópolis: Em Debate/ UFSC, 2016, p.47-64.

MELO, Demian Bezerra de. Para além da marolinha: a crise e a onda conservadora no Brasil. Blog Junho, 6 de janeiro de 2016a. <http://bit.ly/2osLmBP>

\_\_\_\_\_. Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e o consenso sob o fascismo. *Outubro*, São Paulo, n.26, julho de 2016b.

MERQUIOR, José Guilherme. *Liberalismo – antigo e moderno*. 2ª Ed. São Paulo: É Realizações, 2014.

MODONESI, Massimo. O fim da hegemonia progressista e a virada regressiva na América Latina. *Blog Junho*, 21 de abril de 2016. Disponível em <http://bit.ly/2pUwkqr> (acesso 21 de abril de 2016)

MORAES, Reginaldo C. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In. CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p.231-246.

MUSIEDLAK, Didier. O fascismo italiano: entre consentimento e consenso. In. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários*. Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.149-175.

MUSSI, Daniela. O fascismo como elo subalterno do americanismo. *Blog da Boitempo*, 28/06/2017.

Disponível em <http://bit.ly/2sz6o8E> (acesso 04/07/2017)

NASH, George. *The conservative intellectual movement in America since 1945*. Wilmington: ISI Brooks, 2006.

PARIS, Robert. *Histoire du fascisme en Italie: des origines à la prise du pouvoir*. Paris: Maspero, 1962.

POGGI, Tatiana. *Faces do extremo: o neofascismo nos EUA, 1970-2010*. Florianópolis: Prismas, 2015.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da História oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 103-130.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Porto: Portucalense, 1972.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: *think tanks* de direita na América Latina. In. CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p.261-278.

SAAD FILHO, Alfredo; JOHNSTON, Deborah (org.). *Neoliberalismo. A critical reader*. Londres: Pluto Press, 2005.

SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. Revista *Marx e o Marxismo*, v.3, n.4, jan/jun 2015.

SASSOON, Donald. *Mussolini e a ascensão do fascismo*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. *Autoritarismo e golpes na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2016.

SOUZA, Rodrigo Farias de. *William F. Buckley Jr., National Review e a crítica conservadora ao liberalismo e os direitos civis nos EUA, 1955-1968*. Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SPAGNOLO, Carlo. Fascismo (Verbetes). In. LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017, p.283-287.

STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHÉRI, Maïa. *Nascimento da ideologia fascista*. Lisboa: Bertrand, 1995.

STIGLITZ, Joseph. ¿El fin del neoliberalismo? *El País*, 20 de julho de 2008. Disponível em <http://bit.ly/2tOteta> (acesso 4 de setembro de 2015)

TARCHI, Marco. O passado fascista e a democracia na Itália. In. COSTA PINTO, Antonio; PALOMANES MARTINHO, Francisco Carlos (org.). *O passado que não passa. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.47-74.

TOGLIATTI, Palmiro. *Lezione sul fascismo*. Roma: Riuniti, 1970.

VACA, Giuseppe. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci (1926-1937)*. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

VON MISES, Ludwig. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. 2ª Ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

WOLFREYS, Jim. Twilight Revolution: François Furet and the Manufacturing of Consensus. In. HAYNES, Mike; WOLFREYS, Jim (org.). *History and Revolution. Refuting Revisionism*. Londres: Verso, 2007, p.50-70.